



**TRANSIÇÃO /** Ministro da Casa Civil apoia retirar o Bolsa Família da regra do teto de gastos, mas apenas para o Orçamento do ano que vem. Segundo ele, acordo deve assegurar governabilidade com prazo determinado

# Ciro Nogueira impõe condição para a PEC

EVARISTO SA



Para **Ciro Nogueira**, excepcionalização dos recursos fora do teto de gastos deve ser feita apenas para 2023

» RAPHAEL FELICE

O ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, publicou um comunicado no qual confirma o apoio do Progressistas (PP), partido do qual é presidente, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. A medida é a proposição de maior urgência da equipe de transição do presidente eleito, **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT). A PEC visa a assegurar recursos orçamentários para manter o Bolsa Família (como o Auxílio Brasil será rebatizado a partir de janeiro) no valor de R\$ 600 e colocar os custos do programa de renda mínima fora do teto de gastos.

Apesar do aceno positivo, **Nogueira** ressalva que a medida deve apenas contemplar pontos comuns às promessas empenhadas nas campanhas eleitorais de **Lula** e de **Bolsonaro**, e que a excepcionalização dos recursos fora do teto de gastos deve ser feita apenas para 2023.

“A PEC da Transição, como o próprio nome diz, é para a transição. Deve garantir somente os pontos comuns das duas candidaturas: R\$ 600 de auxílio e aumento real do salário mínimo em 2023”, comunicou. “O posicionamento que defenderei no Progressistas é o de aprovar uma PEC, sim, mas para a transição, para garantir estabilidade para o primeiro ano do governo”, acrescentou.

Os planos da equipe de transição, no entanto, são retirar o Bolsa Família de forma permanente da Lei do teto de Gastos. Assim, antes mesmo de **Lula** assumir, o governo eleito conseguiria espaço fiscal de mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento para os próximos quatro anos.

Por isso, o aceno feito pelo cacique político em favor da aprovação da emenda revela uma queda de braço com a base parlamentar do governo eleito e mostra um clima um pouco mais hostil do que o esperado para a



**(O Congresso) não pode cancelar decisões dos próximos quatro anos no apagar das luzes. A vontade popular tem de ser respeitada”**

**Ciro Nogueira, ministro chefe da Casa Civil**

tramitação da PEC da Transição. Segundo o ministro da Casa Civil, a aprovação dará a estabilidade necessária para o governo **Lula** durante o primeiro ano de mandato, mas não deve se estender para além disso, “no apagar das luzes”.

“Todos os parlamentares que compõem a base do atual governo e apoiam uma agenda econômica diametralmente oposta à que foi eleita e ainda é desconhecida nos detalhes têm o direito de se posicionar livremente”, escreveu **Ciro Nogueira**. “O Congresso atual, que sai, não pode cassar a prerrogativa do novo, que chega legitimado pelo povo nas urnas e ainda nem assumiu. Não pode cancelar decisões dos próximos quatro anos no apagar das luzes. A vontade popular tem de ser respeitada”, pontuou.

Com **Lula** em Brasília no começo da semana passada, parlamentares do PT e aliados se reuniram com o presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL) e o presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD-MG). Os dois chefes das Casas Legislativas defendem a aprovação do texto, desde que a PEC coloque apenas o

Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo fora do teto. Desde a vitória de **Lula** nas urnas, a base do governo no Congresso e o coordenador do gabinete de transição, o vice-presidente eleito **Geraldo Alckmin** (PSB), participaram de várias reuniões com o relator-geral do Orçamento, **Marcelo Castro** (MDB-PI).

No entanto, segundo parlamentares petistas, o governo eleito não conseguiu entregar alguns detalhes do texto da PEC na semana passada, como fora previsto, mas há o entendimento de que o prazo para votar a emenda — até 16 de dezembro — será cumprido. O plano do PT é votar o texto primeiro no Senado Federal, onde a tramitação é mais rápida, e, depois, na Câmara dos Deputados, onde teria que passar por dez sessões em uma comissão especial.

Para evitar o longo processo de tramitação, a tendência é que a base petista faça um apensamento (juntar uma proposta legislativa à outra de tema correlato) a uma PEC que já passou pelas comissões especiais Dessa forma, a proposta poderá ser votada no Plenário diretamente. O artifício foi usado em alguns projetos durante o governo de **Jair Bolsonaro**, como, por exemplo, a própria PEC que manteve o Auxílio Brasil em R\$ 600 até o fim de 2022, aprovada às vésperas do início da campanha eleitoral deste ano.

Após as reuniões de **Lula** com **Lira** e **Pacheco**, no último dia 9, parlamentares da base do novo governo revelaram a possibilidade de apensar o texto à PEC 24/2019, da deputada **Luísa Canziani** (PSD-PR), que espera relatório da deputada **Tábita Amaral** (PDT-SP).

A medida prevê retirar do teto de gastos despesas de universidades e institutos federais de educação. Também existe a possibilidade de apensamento à PEC 200/2019, de relatoria do deputado **Isnaldo Bulhões** (MDB-AL).

## Bolsonaristas organizam mais um ato golpista para o feriado

» VICTOR CORREIA

Movimentos bolsonaristas que defendem um golpe militar organizam uma manifestação para amanhã, no feriado da Proclamação da República. Corre no acampamento em frente ao Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano, que caravanas de diversos estados estão mobilizadas para vir à capital federal.

“Os patriotas têm que vir todos aqui para Brasília, não adianta ficar nos estados”, discursou um dos líderes do acampamento, em cima de um trio elétrico, na noite de ontem. Os manifestantes, com pautas antidemocráticas, reuniram-se no meio da via que separa o QG da Praça dos Cristais para o encerramento dos protestos. O espaço estava demarcado por cones e monitorado pela polícia do Exército.

Em suas falas, os líderes criticaram o STF, pediram a saída do presidente eleito **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e clamaram pelo auxílio das Forças Armadas. “Dizem que nós temos que aceitar o resultado de uma eleição fraudulenta”, soaram os alto falantes do trio, que podiam ser ouvidos a quilômetros

de distância. Após os discursos, os manifestantes ouviram uma música gospel e apelos para manter o local organizado, respeitar as áreas demarcadas pelos militares e não agir de forma violenta. “Ninguém aqui está incitando a violência nem vai fazer isso”, disse um dos líderes.

A manifestação de amanhã está sendo organizada, principalmente, nas redes sociais bolsonaristas. Entre os presentes no acampamento — instalado em frente ao QG desde o segundo turno das eleições —, a expectativa é que seja a maior mobilização já feita até agora. “Meu cunhado está mandando 40 caminhões do Sul para cá”, contou um dos manifestantes. Segundo ele, seu cunhado é frotista, ou seja, dono de todos os veículos. Mais de 100 carretas estão estacionadas na Praça dos Cristais. Além de Brasília, atos antidemocráticos estão acontecendo em todo o país.

O acampamento em frente ao QG está bastante organizado, com áreas demarcadas para as barracas, banheiros químicos esvaziados diariamente, alimentação gratuita — com três refeições — e trio elétrico. Mesmo à noite, subia fumaça

das barracas destinadas à alimentação, onde a janta era preparada. Segundo alguns manifestantes, empresários fornecem a estrutura necessária para a permanência dos bolsonaristas. A presença dos frotistas é a mais marcante, com caminhões padronizados, pertencentes ao mesmo dono.

### MPF monitora

O Ministério Público Federal (MPF), um dos alvos dos discursos antidemocráticos, monitora as manifestações em pelo menos 17 estados e no Distrito Federal, para identificar quem são os financiadores do movimento. É claro a quem visita o acampamento em Brasília a padronização de bandeiras, faixas e dos demais materiais presentes.

Há pelo menos outras quatro frentes de investigação pelo MPF: violações de direitos ao impedir o direito de ir e vir dos cidadãos; uso de mulheres, crianças e idosos como escudo humano para evitar ações policiais; discursos de ódio e gestos nazistas; e listas de boicotes por motivação política. Em comunicado, o órgão considerou que as autoridades locais têm sido “lenientes”

Vinicius Victor Correia/CB



**Bolsonaristas participam de culto no SMU: suporte de empresários**

com os manifestantes. Procuradores confirmaram a falta de empenho em alguns estados para dispersar os atos, mesmo após ordem do STF.

O procurador federal dos Direitos do Cidadão **Carlos Alberto Vilhena**, um dos nomes à frente da articulação do MPF, disse que as manifestações, “por se dizerem patriotas, tendem a ter maior leniência e tolerância das autoridades públicas federais e

estaduais”. “No entanto, os ânimos estão mais exaltados por conta da divisão ideológica e não podemos admitir manifestações que violem outros direitos, como a nossa ordem democrática”, defende.

Mesmo com os ditos apelos por manter a manifestação pacífica, há casos por todo o país de brigas, hostilidade e ferimentos causados pelos bolsonaristas. Os protestos investigados

ocorreram em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins.

Ontem, o advogado **Carlos Alexandre Klomfahs** entrou na Justiça com um pedido de habeas corpus coletivo para todos os manifestantes que protestam contra o resultado das urnas em frente aos quartéis. Segundo o advogado, o salvo conduto é necessário para assegurar a liberdade de manifestação, reunião e locomoção.

**Klomfahs** diz ainda que a decisão do ministro **Alexandre de Moraes**, do STF, em determinar a liberação das vias é inconstitucional e que o “único meio jurídico e republicano de obrigar” **Moraes** a “concretizar o direito de manifestação” é por meio de uma decisão colegiada. O plenário do STF já confirmou, em julgamento unânime no plenário virtual, a ordem do ministro para liberar vias públicas bloqueadas por bolsonaristas.

**(Com informações da Agência Estado)**